

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamara.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.

05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque

- A) é relativo aos valores éticos.
- B) refere-se aos axiomas sociais.
- C) relaciona-se aos direitos civis.
- D) significa degradação moral.

06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de

- A) tempo.
- B) alternância.
- C) causalidade.
- D) conformidade.

07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. Com relação ao processo de recrutamento de pessoas no setor público, considere as afirmações a seguir.

I	A homologação das inscrições é a etapa final do processo de recrutamento, devendo-se publicar as inscrições indeferidas e admitir recurso administrativo.
II	A análise da existência legal de vaga é uma atividade que verifica as possibilidades de realocação e o redesenho de processos operacionais.
III	A identificação da efetiva necessidade é a atividade de análise da estrutura vigente, que tem o propósito de garantir que a admissão é indispensável.
IV	No edital de concurso público, deve constar o limite máximo de idade para aprovação.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e IV. B) II e III. C) II e IV. D) I e III.**

22. Considere as seguintes afirmativas, referentes à seleção de pessoas:

I	Existem duas alternativas para fundamentar o processo seletivo no setor público: o cargo a ser preenchido ou as condições que a organização possui para remunerar os aprovados.
II	O Art. 73 da Constituição da República prevê que a investidura em qualquer cargo público só pode ser feita mediante concurso.
III	O processo seletivo, quando completo, deve fornecer não somente um diagnóstico atual, mas também um prognóstico a respeito das características individuais do candidato.
IV	As provas de conhecimento podem ter caráter geral, que avalia aspectos gerais do conhecimento, ou caráter específico, que avalia conhecimentos técnicos.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, III e IV. B) III e IV. C) I e III. D) II e IV.**

23. Considerando o sistema de recompensas de pessoas, é correto afirmar que refeitório no local de trabalho e auxílio às atividades culturais e sociais são

- A) benefícios legais opcionais.
B) benefícios flexíveis.
C) remuneração variável.
D) benefícios intrínsecos.**

24. O “mapa do conhecimento”, em organizações públicas, é

- A) o documento que apresenta o nível de conhecimento dos servidores para subsidiar as ações de recompensas, desenvolvimento e avaliação .
B) o instrumento que identifica onde se encontram, na organização, os conhecimentos que muitos servidores possuem e que são ignorados pela administração.
C) o documento, previsto em lei, que identifica os conhecimentos que todos os servidores do órgão possuem, com objetivo de fundamentar as ações de treinamento.
D) o instrumento que identifica a distribuição do conhecimento na estrutura, de acordo com a estratégia organizacional.**

25. Com referência à Higiene do Trabalho, considere as seguintes ações.

I	Estabelecer um tipo de atividade agradável e motivadora.
II	Adotar ferramentas que reduzam a necessidade do esforço físico humano.
III	Remover gases, fumaça e odores desagradáveis.
IV	Elaborar mapa de riscos ambientais.

As ações listadas correspondem, respectivamente, a

- A) programa de saúde ocupacional, ambiente físico de trabalho, ambiente psicológico de trabalho, princípio de ergonomia.
- B) ambiente psicológico de trabalho, princípio de ergonomia, ambiente físico de trabalho, programa de saúde ocupacional.
- C) ambiente psicológico de trabalho, princípio de ergonomia, programa de saúde ocupacional, ambiente físico de trabalho.
- D) programa de saúde ocupacional, ambiente psicológico de trabalho, princípio de ergonomia, ambiente físico de trabalho.

26. Considere as seguintes afirmativas, referentes à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT):

I	Pesquisa de opinião junto à comunidade e incidentes críticos são ferramentas de QVT.
II	Mobilização, capacitação, desempenho e corresponsabilidade são elementos do Enfoque Participativo da QVT.
III	Capacitação e desenvolvimento e ampliação da cultura organizacional são focos dos programas de QVT.
IV	A gestão de QVT, em seu nível estratégico, preocupa-se com a atuação dos líderes de departamentos relacionados à QVT, e com a efetiva relação que eles estabelecem com metas e produtividade do trabalho.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II apenas.
- C) II, III e IV.
- D) II e III apenas.

27. Uma das etapas do Planejamento Estratégico de Pessoas é:

- A) definição de políticas de RH.
- B) definição da missão organizacional.
- C) estabelecimento das funções do órgão de RH.
- D) análise das relações interpessoais.

28. Com relação aos princípios da Administração Pública, considere os enunciados a seguir.

I	Princípio segundo o qual a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, sejam benéficas, sejam detrimen-tosas.
II	Princípio basilar do regime jurídico-administrativo, que é específico do Estado de Direito e o qualifica.
III	Esse princípio consagra o dever administrativo de manter plena transparência em seus atos.
IV	De acordo com esse princípio, a Administração e seus agentes têm de atuar conforme princípios éticos.

Os enunciados listados anteriormente correspondem, respectivamente, aos princípios de:

- A) Devido processo legal e ampla defesa; Moralidade; Motivação; Eficiência.
- B) Impessoalidade; Legalidade; Publicidade; Moralidade.
- C) Impessoalidade; Moralidade; Motivação; Devido processo legal e ampla defesa.
- D) Publicidade; Moralidade; Impessoalidade; Legalidade.

29. No que se refere à organização político-administrativa do país, o Artigo 18 da Constituição Federal afirma que

- A) o Poder Legislativo é exercido pelo Governador e seus Secretários.
- B) a Administração Direta é representada pela Presidência da República e pelos ministros.
- C) a República Federativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- D) as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios são atribuídas ao Distrito Federal.

30. Considere as seguintes afirmativas, referentes ao controle da Administração Pública:

I	A manutenção de um sistema integrado de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário está prevista no Art. 84 da Constituição Federal.
II	Os comportamentos qualificados como de improbidade administrativa são arrolados na Lei nº 8.429/92.
III	A Lei nº 4.898/65 regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.
IV	O controle parlamentar direto é um dos tipos de controle interno.

Estão corretas as afirmativas

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I e IV.

31. Com relação à excelência da gestão pública, considere as afirmações a seguir.

I	Os princípios da publicidade e da moralidade na excelência em gestão pública são fundamentados no Art. 37 da Constituição Federal.
II	Os princípios de excelência em gestão pública são normas definidoras da natureza da gestão pública.
III	Um dos princípios da excelência em gestão pública é o controle social.
IV	Os princípios da excelência em gestão pública incluem excelência dirigida ao cidadão.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) III e IV.

32. Com relação às características contemporâneas da excelência em gestão, é correto afirmar:
- A) O enfoque sistêmico é inadequado como característica de excelência em gestão, por ser antigo e desatualizado.
 - B) Aprendizado organizacional e visão de futuro são características de excelência em gestão.
 - C) A gestão participativa, por sua complexidade, não deve caracterizar a excelência em gestão.
 - D) Liderança e motivação resumem as características da excelência em gestão.
33. Com relação ao modelo de excelência em Gestão Pública, é correto afirmar:
- A) O elemento “Pessoas” está contido no bloco “Execução”.
 - B) O elemento “Informação e Conhecimento” está diretamente ligado ao bloco "Resultados".
 - C) Os três blocos principais são “Planejamento”, “Cidadãos” e “Controle”.
 - D) A “Ação Corretiva” encontra-se no elemento “Processos”.
34. Os indicadores de desempenho
- A) medem o que importa, sendo necessário gerar todas as informações e coletar dados de forma exaustiva e precisa.
 - B) podem ser utilizados na gestão pública de excelência.
 - C) não são adequados à avaliação de processos na gestão pública, por serem de caráter finalista.
 - D) não são previstos na Fundação Programa Nacional de Qualidade.
35. Com relação a elementos da gestão de processos que precisam ser avaliados, considere os elementos a seguir.

I	Produtividade e qualidade dos processos
II	Simplificação de rotinas, normas, regulamentos, poderes
III	Verificação proativa realizada em tempo de execução
IV	Conhecimentos e habilidades necessários à boa execução do processo

Esses elementos estão diretamente relacionados, respectivamente, a

- A) macroprocesso, monitoramento, desburocratização e controle sobre resultados.
- B) monitoramento, desburocratização, controle sobre resultados e macroprocesso.
- C) desburocratização, macroprocesso, controle sobre resultados e monitoramento.
- D) controle sobre resultados, desburocratização, monitoramento e macroprocesso.

36. Em uma de suas classificações, o orçamento público é dividido em duas fases (tradicional e moderno), de acordo com a história da sua evolução conceitual e, para cada uma dessas fases, existe uma função principal. Considerando a relação entre cada uma dessas fases e suas respectivas funções principais, é correto afirmar que

- A) a principal função do Orçamento Moderno é a de ser um instrumento de administração, enquanto a do Orçamento Tradicional é servir como uma forma de controle político.
- B) a principal função do Orçamento Tradicional é a de ser um instrumento de administração, enquanto a do Orçamento Moderno é servir como uma forma de controle político.
- C) a principal função do Orçamento Moderno é a de ser um instrumento de administração, enquanto a do Orçamento Tradicional é servir como uma forma de controle jurídico.
- D) a principal função do Orçamento Tradicional é a de ser um instrumento de administração, enquanto a do Orçamento Moderno é servir como uma forma de controle jurídico.

37. Leia a seguinte definição a respeito de um critério de classificação das despesas orçamentárias.

Sua finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa. É um critério classificatório indispensável para a fixação de responsabilidades e os consequentes controles e avaliações.

Essa definição diz respeito ao critério

- A) institucional.
- B) funcional.
- C) por programas.
- D) por natureza.

38. Considere as seguintes afirmativas, que se referem aos princípios orçamentários.

I	A Constituição de 1988 trouxe melhor entendimento para a questão do princípio da unidade ao precisar a composição do orçamento anual, que passa a ser integrado pelas seguintes partes: a) orçamento fiscal; b) orçamento de investimentos das empresas estatais; e c) orçamento das entidades de seguridade social.
II	O modelo indicado pela Constituição de 1988 segue a concepção da totalidade orçamentária, na qual múltiplos orçamentos são elaborados de forma independente e são consolidados, possibilitando o conhecimento do desempenho global das finanças públicas.
III	De acordo com o princípio do Equilíbrio, o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado. Essa regra tradicional é considerada indispensável para o controle parlamentar sobre as finanças públicas.
IV	A Constituição de 1988 manteve a regra da anualidade do orçamento, mas considerou a obrigatoriedade da elaboração do plano plurianual, juntamente com as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

39. A despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento, em sua execução, de três estágios, quais sejam
- A) autorização, lançamento e quitação.
 - B) estimativa, contrato e ordem de pagamento.
 - C) empenho, liquidação e pagamento.
 - D) contabilização, previsão e adiamento.

40. Considere as seguintes afirmativas, que se referem aos mecanismos retificadores do orçamento.

I	O crédito especial destina-se a reforçar dotações orçamentárias.
II	Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.
III	O crédito especial é destinado ao atendimento de despesas para as quais a lei orçamentária não conta com crédito específico.
IV	O crédito especial tem por finalidade atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
 - B) II e IV.
 - C) I e IV.
 - D) II e III.
41. Quanto ao modelo brasileiro de controle orçamentário, é correto afirmar:
- A) Os Tribunais de Contas dos Estados estão organizados e operam de maneira similar ao da União, tendo, porém, como encargo adicional o assessoramento às câmaras municipais no controle interno das ações do Poder Executivo.
 - B) O exercício do controle externo é da competência do Poder Judicial, que conta com o auxílio dos Tribunais de Contas, cabendo a estes o controle da execução orçamentária.
 - C) A Constituição Federal confere ao Ministério Público Federal – e, por extensão, aos congêneres estaduais – autonomia e independência no controle da execução orçamentária.
 - D) O conceito de fiscalização foi ampliado na Constituição Federal de 1988, quando se incluiu a abrangência nas áreas operacional e patrimonial, além da financeira e orçamentária, por exemplo.

42. Na administração pública, os sistemas de controle podem ser internos ou externos. A esse respeito, considere as seguintes finalidades:

I	Apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.
II	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
III	Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
IV	Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são finalidades dos sistemas de controle interno as que estão nos itens

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) II e IV.
- D) I e II.

43. Na administração pública, a etapa do planejamento e contratação abrange, via de regra, a fixação, a descentralização de créditos, as programações orçamentária e financeira e a licitação. Com relação a isso, analise as seguintes afirmativas:

I	A fixação insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e as prioridades traçadas pelo governo.
II	As descentralizações de créditos orçamentários consistem na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, buscando o ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e de arrecadação.
III	A licitação é o processo que compreende um conjunto de procedimentos administrativos que objetivam adquirir materiais, contratar obras e serviços, alienar ou ceder bens a terceiros, bem como fazer concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado.
IV	As programações orçamentária e financeira ocorrem quando são efetuadas as movimentações de parte do orçamento e mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.

São corretas as afirmativas

- A) II e IV. B) I e IV. C) I e III. D) II e III.

44. Considere as afirmativas seguintes:

De acordo com o inciso XXI do artigo 24 da Lei 8.666/93, é dispensável a licitação para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento e pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.

De acordo com o inciso I do artigo 25 da Lei 8.666, é inexigível a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, permitida a preferência de marca para investimentos em ciência e tecnologia, desde que justificada a exclusividade por meio de atestado fornecido pelo órgão competente.

Sobre essas duas afirmativas, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma afirmativa verdadeira e a segunda, falsa.
B) as duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
C) as duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
D) a primeira é uma afirmativa falsa e a segunda, verdadeira.

45. São modalidades de licitação:

- A) leilão, sorteio, empenho e execução.
B) concorrência, tomada de preços, convite e concurso.
C) concorrência, tomada de preços, empenho e execução.
D) leilão, sorteio, convite e concurso.

46. Analise as afirmativas a seguir, referentes à estrutura do planejamento governamental no Brasil:

I	O Plano Plurianual é utilizado para definir claramente os objetivos e resultados esperados, bem como para integrar os instrumentos de planejamento e de orçamento.
II	A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente sendo utilizada para definir claramente os objetivos e resultados esperados.
III	A Lei do Orçamento Anual (LOA) deve ser proposta pelo poder executivo e encaminhada ao poder legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Das afirmativas listadas,

- A) I e III estão corretas.
- B) II e III estão corretas.
- C) apenas I está correta.
- D) apenas II está correta.

47. Quanto ao fundamento constitucional brasileiro do planejamento, é correto afirmar:

- A) Cabe ao Poder Legislativo legislar sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- B) Os municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- C) É de competência exclusiva do Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução de seus planos de governo.
- D) É de competência da União a elaboração e a execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

48. Leia os seguintes itens, que dizem respeito à lei do plano plurianual de educação.

I	Terá por objetivo a articulação e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.
II	Terá por objetivo a integração das ações do Poder Público visando à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade do ensino, à formação do aluno para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país.
III	Terá por objetivo o controle social da educação, mediante a composição dos conselhos de educação e fiscalização do Tribunal de Contas da União.

No que diz respeito ao planejamento da educação,

- A) apenas a afirmativa II está correta.
- B) as afirmativas I e III estão corretas.
- C) as afirmativas I e II estão corretas.
- D) apenas a afirmativa III está correta.

49. É correto afirmar que o Plano Plurianual (PPA)

- A) é o instrumento de planejamento de curto e longo prazos do Governo Federal, abrangendo não só o montante relativo aos dispêndios de capital, mas também as metas fiscais que devem ser alcançadas ao final do mandato, discriminadas por tipo de programa e ação.
- B) é o instrumento legal de planejamento de maior alcance no estabelecimento de prioridades e no direcionamento das ações do Governo, condicionando a elaboração de todos os demais planos no âmbito federal.
- C) é o instrumento que detalha as despesas que possuem duração continuada, condicionando, portanto, a programação orçamentária anual ao planejamento de curto prazo. Por outro lado, traduz o compromisso com objetivos e visão de futuro, assim como previsão de alocação dos recursos orçamentários nas funções de Estado e nos programas de Governo.
- D) é o instrumento de planejamento de curto e médio prazos do Governo Federal que abrange o montante relativo aos dispêndios de capital, sem abranger as metas fiscais.

50. Com relação ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, considere as seguintes finalidades.

I	Formular o planejamento estratégico nacional e formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
II	Consolidar os balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vistas à elaboração do Balanço do Setor Público Nacional e promover a integração com os demais Poderes e esferas de governo em assuntos de contabilidade.
III	Formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.
IV	Promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.

Segundo a Lei nº 10.180/01, constituem finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal aquelas listadas em

- A) I, III e IV.
- B) I, II e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.